

DEBATENDO MODELOS CONTEMPORÂNEOS DE FAMÍLIA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ADOÇÃO POR MEIO DE OFICINAS EDUCATIVAS

Adalberto Duarte Pereira Filho(1); Maria Dolores Fortes Alves(1)

(1) Universidade Federal de Alagoas – Programa de Pós-graduação em Educação adalberto-duarte@hotmail.com

(1) Universidade Federal de Alagoas – Programa de Pós-graduação em Educação, mdfortes@gmail.com

O presente trabalho apresenta o projeto de pesquisa em andamento realizado no contexto de uma instituição de acolhimento do modelo Casa-Lar, localizada na cidade de Maceió-AL, a fim de trabalhar temáticas relacionadas à diversidade de famílias e à adoção.

O público alvo são seis crianças/adolescentes de ambos os sexos que residem na referida Casa-Lar, com idades que variam entre 11 e 15 anos. A demanda para a realização da investigação surgiu em dezembro de 2016 em decorrência da primeira Audiência Concentrada na instituição. Tal audiência consiste em um conjunto de medidas que objetivam sistematizar o controle de atos administrativos e processuais para garantir o retorno de crianças e adolescentes institucionalizados para as suas famílias, ou que sejam disponibilizadas a adoção (BRASIL, 1999). Estavam presentes nesta audiência a juíza, a defensora pública e o promotor de justiça da 28ª vara da infância e juventude da capital, além da equipe técnica da Casa-Lar composta por um psicólogo, uma assistente social e uma pedagoga. A audiência aconteceu extraordinariamente no espaço físico da Casa-Lar com o intuito de poupar as crianças e adolescentes do ambiente judicial. Essa audiência foi realizada de acordo com o art. 19, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, que confere a toda criança/adolescente acolhido o direito de revisão de sua situação legal a cada seis meses.

Durante a referida audiência as crianças e adolescentes foram indagadas quanto a possibilidade de não serem adotadas por famílias nucleares. Ou seja, na oportunidade da audiência, as crianças foram, perguntadas se, caso a família que as quisesse adotar não fosse constituída por um pai e/ou uma mãe, se em lugar desse modelo, fosse uma família com dois pais, ou duas mães, se ainda assim eles gostariam de ser adotados/as?

Diante desse questionamento as crianças e adolescentes apresentaram-se perturbadas, confusas, gaguejavam, mostravam-se inquietas. Não souberam responder, naquele momento, sobre essa possibilidade. Questionaram como seriam essas outras famílias?

Assim, o setor de psicologia da Casa-Lar propôs oficinas educativas que objetivaram: facilitar a conscientização de crianças e adolescentes residentes na Casa-Lar, sobre aspectos intrínsecos ao processo de adoção por diferentes arranjos familiares; refletir sobre a pluralidade de constituições familiares na atualidade; promover a criação de instrumentos e recursos psicológicos

para lidar com a realidade do abandono e a possibilidade da adoção por famílias distintas do padrão heteronormativo; aprofundar questões relacionadas as concepções que as crianças abrigadas têm sobre família e os diferentes tipos de formação familiar contemporâneas, frente as inquietações do processo de adoção.

O público alvo das oficinas são os sujeitos acolhidos na instituição. Esses sujeitos fazem parte do Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Isso implica que, do ponto de vista jurídico, a adoção é a única possibilidade de possuírem uma família.

Algumas das crianças e adolescentes expressam cotidianamente o desejo de serem adotadas, idealizando uma família que as acolha. Outras demonstram intenso apego as famílias de origem mesmo após a destituição do poder familiar que decorre da morte de sua família, abandono, ou quando o núcleo familiar passa a se constitui num risco para a sua integridade física e/ou psíquica.

Segundo Oriente e Souza (2005), “as mediações produzidas no contexto em que a criança está inserida são fatores altamente significativos para a construção da vinculação afetiva” (p. 42). Quando a situação de abrigamento é prolongada, a instituição passa a ser um ambiente de referência e formação de vínculo. Levando em consideração todos os fatores que afetam a vida da criança, principalmente a iminente ruptura com a família de origem, é necessário que os atores responsáveis pela instituição estejam preparados para oferecer o suporte para que a criança compreenda os processos legais aos quais está sujeita e elabore questões sobre família, adoção, entre outras possíveis inquietações (ALVARENGA; BITTENCOURT, 2013).

Em face da experiência das oficinas educativas desenvolvidas junto a esses sujeitos, emergiu o seguinte problema de pesquisa: Que concepções de família habitam o imaginário das crianças e dos adolescentes em serviço de acolhimento?

Essa investigação, ainda em andamento, teve por objetivo geral: investigar a concepção de família que habita o imaginário das crianças e adolescentes residentes na Casa-Lar, na cidade de Maceió-AL. Por objetivos específicos: realizar um estudo teórico-bibliográfico acerca da concepção de família construída por crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional; analisar as produções das crianças e adolescentes acerca da temática “família” a partir das oficinas educativas desenvolvidas na Casa-Lar; compreender a dinâmica institucional no processo de adoção, diante da diversidade de famílias na contemporaneidade.

O desenvolvimento da proposta se fundamentou no arcabouço metodológico da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1998) que configura a ação interventiva a partir da identificação da demanda por ação ou das necessidades de mudança ou melhoria dos sujeitos envolvidos e da sistematização das necessidades institucionalmente identificadas.

Para preservar a identidade dos sujeitos, mas ao mesmo tempo demarcar a autoria das falas e produtos, cognominamos os sujeitos dessa investigação como S1, S2, S3, e assim sucessivamente.

As atividades das oficinas iniciaram com a abordagem as crianças e adolescentes através de recursos lúdicos, ou seja, brinquedos, jogos, brincadeiras, cantos, danças, representações teatrais. Propiciando um momento de relaxamento e entrosamento do grupo. Lúdico é uma palavra que deriva do termo latino *ludus*, que remete às brincadeiras e aos jogos (CUNHA, 1997). O termo lúdico significa, portanto, aquilo que se refere ao brincar e ao jogar. Para Huizinga (1980) o lúdico é um elemento presente na cultura e em todas as formas de organização social. A essência do lúdico atende a lógica simbólica do significante, ou seja, é uma lógica imaterial, uma vez que ultrapassa os limites da realidade concreta. A criança é capaz de representar a realidade, de recriá-la metaforicamente, através da lógica do faz de conta, do “como se”. (CAMPBELL, 1992).

Os dados que analisamos foram coletados na primeira oficina educativa com as crianças e adolescentes. Para a realização da atividade, lançamos mão do procedimento de “desenhos de família com estória” (TRINCA, 2013). Tal procedimento sugere o uso de desenhos com a inferência de título e estória no sentido de acessar elementos inconscientes por meios de expressão indiretos. A criança que tem à sua frente uma folha em branco, tem a possibilidade de expressar nesse espaço todo o seu mundo interior, vivendo em um tempo e espaço dela, em que são experimentadas sensações e emoções, o que permite que ela mesma exerça sua liberdade de expressão (GREIG, 2004).

O desenvolvimento dos “desenhos de família com estória” foram realizados junto às crianças e adolescentes acolhidos em três momentos os quais foram realizados em um único encontro. Em cada momento, foi distribuído para cada um dos sujeitos uma folha de papel A4, lápis grafite, borracha e um conjunto de lápis-de-cor. Em cada um dos três momentos supracitados os sujeitos foram orientados da seguinte forma: no primeiro momento, “desenhe uma família” (de forma livre, pode colorir ou não), na sequência, foi pedido que os participantes contassem uma estória sobre o desenho e dessem um título. No segundo momento foi solicitado que cada criança desenhasse “ a família que gostaria de ter” e mais uma vez que relatasse uma estória, título e explicação. Por fim, no terceiro momento, a última folha dada aos participantes, foi solicitado a eles que “desenhassem sua própria família”, seguido das mesmas orientações anteriores (TRINCA, 2013). De posse dos desenhos as crianças iniciaram suas exposições acerca da atividade e as falas e afetos mobilizados através da atividade foram escutas, analisadas e conduzidas às devidas intervenções.

Comungamos com Silva (2002) afirma ser imprescindível encontrarmos caminhos pelos quais pudéssemos observar indícios desse processo, de atribuição de significado. Por isso optamos pela linguagem do desenho, a qual é utilizada pelas crianças pequenas com autonomia criativa. O desenho é um meio de se expressarem de forma lúdica, possibilita-lhes organizar os pensamentos enquanto brincam com as ideias (MOREIRA, 1999).

A partir do material produzido e dos registros das falas das crianças e dos adolescentes, apresentamos as seguintes descrições da experiência:

Todas as crianças tomaram como referências na produção dos desenhos suas famílias de origem, representando seus membros. Não houve variação significativa entre os três desenhos de cada criança. As três produções foram praticamente réplicas uma da outra. No ato de intitular os desenhos, houve sempre uma representação afetivamente amorosa no título: “família, te amo” (S2); “família linda” (S4); “família especial” (S1); “era uma vez uma família linda e amorosa...fim” (S5).

Enquanto falavam sobre seus desenhos e descreviam como eram suas famílias, as crianças e adolescentes foram construindo outras possibilidades de família a partir de suas experiências cotidianas e foram elencando modelos de família identificados nos ciclos de convivência de cada uma, a saber: “um homem e uma mulher com uma criança é casal né?” (S1); “a vó, um pai e a filha, também é família” (S2); “então um homem sozinho com seu filho é também!” (S3); “pai, filho, filha e cachorro é?” (S4); “meninas lésbicas e a criança é!” (S5); “é normal gente, ó, dois pais o filho e o cachorro, que bonitinho... é uma família né tia?” (S6)

Esses fatos nos fazem questionar se isso caracteriza uma recusa à adoção e um desejo de retornar a família de origem independente de qualquer evento traumático ou de violação das crianças. A exemplo disso, apontamos que dos seis sujeitos, quatro têm histórico de violência sexual por parte do genitor, ou de pessoas do núcleo familiar e mesmo assim os representam na constituição de família. Esse dado corrobora com Kornfield (2000) que aponta ser comum que as crianças e adolescentes não reconheçam o abuso sexual até ficarem mais velhos, ou em outros casos pode ocorrer uma amnésia total do trauma. Mas, a lembrança torna-se um episódio latente no plano inconsciente, podendo tornar-se manifesta em algum ponto da vida. Outra questão é que muitas vezes as experiências que elas tiveram no seio da família foram tão traumáticas, que elas preferem não reviver, escolhendo a institucionalização como modo de constituir uma família.

Outro fato da produção gráfica é que na representação de si mesmo entre os membros da família, o desenho é um/a boneco/a sem boca, comparecem os demais elementos como: nariz, orelhas, olhos, cabelos. Consideramos uma omissão importante e para não incorrer em equívocos que produzam uma relação de causa e efeitos entre as omissões, a institucionalização e o abuso sexual, inquerimos o porquê da ausência. As crianças relatam que há coisas que elas preferem não mencionar ou que preferem falar de modo particular, como sugere a fala de S5: “é que as vezes dói tio”.

Pensar sobre família implica a compreensão de diferentes dinâmicas de convivência, modelos distintos e complexos de estar em grupo. As concepções de família variam de acordo com a cultura e o contexto social. Definir a família pelo modelo nuclear, ou por laços de consanguinidade tornou-se um engodo, a versatilidade na contemporaneidade é a principal marca.

Os resultados parciais desse estudo indicam, até esse momento, que a concepção de família que predomina entre as crianças da Casa-Lar é o modelo heteronormativo de suas referências familiares.

Assim, identificar a percepção que estes sujeitos têm a respeito do que é ser “família”, atende a proposição investigativa deste trabalho. Incluir a criança numa investigação sobre família implica colocá-la como um membro ativo diante do seu grupo familiar, mesmo que este grupo se sustente pela destituição do pertencimento.

Enquanto sujeitos ativos as crianças apreendem e constroem suas experiências não como os adultos o fazem. Elas atribuem seus conceitos, valores e afetos até mesmo no que se refere a família, fundamentadas por suas experiências e trocas sociais, o que torna imprescindível suas concepções em torno do seu ponto de vista.

Referências bibliográficas

ALVARENGA, L L.; BITTENCOURT, M I. A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando famílias*, vol.17 n.1 Porto Alegre jul. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Senado Federal, 2011.

CAMPBELL, J. *As máscaras de Deus*. São Paulo: Palas Athena, 1992

CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

GREIG, P. **A criança e seu desenho: o nascimento da arte e da escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

MOREIRA, A. A. A. **O espaço do desenho: a educação do educador**. São Paulo: Loyola, 1999

ORIONTE, I. SOUZA, M. O significado do abandono para crianças institucionalizadas. *Psicologia em Revista*, vol. 11, p.29-46, 2005.

SILVA, S. M. C. **A constituição social do desenho da criança**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1998.

TRINCA, W. **Procedimento de Desenhos-Estórias: Formas derivadas, desenvolvimentos e expansões**. São Paulo: Vetor, p. 363, 2013.

5KORNFIELD, Débora. **Vítima, sobrevivente, vencedor**. Editora Esperança, n. 1 São Paulo, 2000.